

### Estado do Rio Grande do Norte Prefeitura Municipal de Campo Redondo **Secretaria Municipal de Administração**

#### PROJETO DE LEI MUNICIPAL N° 050/2025.

PROCESSO Nº 217/2025

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Campo Redondo/RN, para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e EU, nos termos da Lei Orgânica Municipal, SANCIONO a seguinte LEI:

# TÍTULO I DISPOSIÇÃO GERAL

**Art. 1º** Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Campo Redondo/RN, para o exercício de 2026, compreendendo: **I** 

- Orçamento Fiscal; e

II - Órçamento da Seguridade Social.

## TÍTULO II DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**Art. 2º** A Receita total é estimada no valor de R\$ 95.674.300,00 (Noventa e cinco milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, e trezentos reais).

**Parágrafo Único.** Incidirá como dedução sobre o valor bruto da receita estimada para o exercício de 2026, à conta retificadora que representará as contribuições automáticas debitadas dos recursos do ente público municipal em favor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação/Fundeb, o valor de R\$ 6.674.300,00 (Seis milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, e trezentos reais), perfazendo a receita líquida anual o valor de R\$ 89.000.000,00 (Oitenta e nove milhões de reais).

**Art. 3º** As Receitas que decorrerão da arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, e discriminadas na tabela I, são estimadas com o seguinte desdobramento:

### CAPÍTULO I DA RECEITA ANUAL PREVISTA

Tabela I

Detalhamento da receita prevista		Valor
Receitas Correntes	R\$	73.643.100,00
Receita Tributária	R\$	4.537.100,00
Receita de Contribuições	R\$	3.248.000,00
Receita Patrimonial	R\$	2.522.100,00
Receita de Serviços	R\$	1.000,00
Transferências Correntes	R\$	63.253.580,00
Outras Receitas Correntes	R\$	81.320,00

Receitas de Capital	R\$	8.709.900,00
Transferência de Capital	R\$	8.709.900,00
Sub Total	R\$	82.353.000,00

Receitas Correntes Extraorçamentária		
Contribuições	R\$	6.647.000,00
Total	R\$	89.000.000,00

## CAPÍTULO II DA DESPESA ANUAL FIXADA

**Art. 4º** A Despesa total é fixada no valor de R\$ 85.300.000,00 (Oitenta e cinco milhões, e trezentos mil reais).

**Parágrafo Único.** A diferença entre a Receita e a Despesa, na importância de R\$ 3.700.000,00 (Três milhões e setecentos mil reais), servirá como Reserva de Contingência, que de acordo com o Decreto Lei nº 1.763, de 16 de janeiro de 1980, será usada como recursos para a abertura de créditos adicionais, visando atender a situação não prevista no orçamento, além de possíveis situações de emergência ou de calamidade pública.

### CAPÍTULO III DESPESA POR PODER E ORGÃO

**Art. 5º** A Despesa fixada à conta de recursos previstos no artigo 4º desta Lei e executada orçamentária e financeiramente, observada a discriminação constante na tabela II, será fixada de acordo comas unidades administrativas especificadas a seguir:

Tabela II

Detalhamento da despesa fixada		Valor
Poder Legislativo	R\$	2.907.000,00
1.01 - Câmara Municipal	R\$	2.907.000,00
Poder Executivo	R\$	82.393.000,00
2.01 – Secretaria do Gabinete Civil	R\$	1.898.000,00
2.02 – Procuradoria Municipal	R\$	171.000,00
2.03 – Assessorias Especificas	R\$	103.000,00
2.04 – Secretaria Municipal de Administração	R\$	6.080.000,00
2.05 – Secretaria Municipal de Planejamento e Des.	R\$	197.000,00
Econômico		
2.06 – Secretaria Municipal de Finanças e Tributação	R\$	1.002.000,00
2.07 – Sec. M. de Agricultura, Abastecimento e Rec.	R\$	3.389.000,00
Hídricos		
2.08 - Secretaria Municipal de Educação e Fundo	R\$	28.657.955,00
Municipal		
2.09 - Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal	R\$	19.779.425,00
2.10 – Secretaria M. Trabalho, Hab. e Assistência Social e	R\$	2.218.000,00
Fundo		
2.11 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços	R\$	6.646.120,00
Urbanos		
2.12 – Secretaria Municipal do Turismo e Meio Ambiente	R\$	542.000,00
2.13 - Secretaria Municipal de Transporte	R\$	457.000,00
2.14 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	R\$	475.000,00
2.15 - Secretaria Municipal de Juventude	R\$	283.000,00
2.16 - Secretaria Municipal da Cultura e Fundo Municipal	R\$	944.500,00
2.17 - Fundo Municipal de Previdência de Campo	R\$	9.550.000,00
Redondo		

Sub-total	R\$	85.300.000,00
Reserva de contingência – Prefeitura Municipal	R\$	1.250.000,00
Reserva de contingência – CAMPO PREV	R\$	2.450.000,00
Total	R\$	89.000.000,00

- **Art. 6º** Ficam determinadas como fontes de recursos para orçamentação das receitas ao longo do ano de 2026, as especificadas na tabela III, anexa, com os seus respectivos códigos.
- **Art. 7º** O Poder Executivo é autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, para atender insuficiências nas dotações orçamentarias, até o limite de 30% (Trinta por cento), do total de receita orçamentária estimada nesta Lei.

**Parágrafo Único.** Quando a abertura de créditos adicionais suplementares adotar como fonte de anulação, o excesso de arrecadação, e ocorrer reforços para atender dotações vinculadas à despesa com pessoal e encargos sociais, bem como às despesas de convênios, programas, contratos de repasse, acordos, ajustes e/ou semelhantes, os créditos adicionais suplementares abertos com esta finalidade não serão computados no percentual fixado neste artigo.

**Art. 8º** O Poder Executivo é autorizado a celebrar operações de crédito até o limite das despesas de capital fixadas neste orçamento, atendendo as diretrizes fixadas no Inciso III do artigo 167 (Regra de ouro) da Constituição Federal.

# TÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 9º** Pela inexistência de receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, e consequentemente, pela inexistência de efeitos à capacidade financeira do ente, deixamos de demonstrar as possíveis informações orçamentárias regionalizadas, de que trata o Par. 6º do art. 165 da Constituição Federal.
  - **Art. 10.** Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026.
  - **Art. 11.** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo/RN, Centro Administrativo "Dr. José Alberany de Souza", em 29 de agosto de 2025.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO

Prefeito Municipal